

GOLPE CONTRA O ESTADO



O atual governo de transição dá sequência ao desmonte, iniciado no governo Temer, dos arranjos econômico-institucionais que viabilizaram a modernização econômica do país por meio da participação central das empresas estatais como articuladoras do investimento público e privado, nacional e internacional.

A agenda do governo Bolsonaro para as privatizações em 2019

As justificativas mobilizadas para realizar as privatizações são tão arcaicas quanto contestáveis: ganhos de eficiência na gestão, enfrentamento da influência da política e da corrupção no controle das empresas estatais, realização de um ajuste fiscal austero de curto prazo, tudo isso temperado por um viés ideológico de apetite ainda mais voraz do que aquele observado no ciclo privatizante da década de 1990.

Prova disso é que a equipe de Paulo Guedes estabeleceu como uma de suas prioridades a aceleração do desmonte do Estado, isso se explicita nos documentos do governo de transição, onde as privatizações aparecem como um dos eixos estratégicos, e na montagem de uma secretaria especial de privatizações, que deve atuar como um dos seis “vice-ministérios da economia”, ocupado por um empresário do setor de locação de veículos e integrante do Instituto Millenium, conhecido por suas posições radicais acerca do papel do Estado e das empresas estatais.

A desestruturação das empresas estatais deve ser feita em dez frentes de ação:

- Abertura de capitais;
- Busca de parcerias;
- Desinvestimentos;
- Privatizações;
- Incorporações;
- Fusões;
- Cisões;
- Liquidações;
- Concessões;
- Planos de demissão voluntária (PDVs).

Além disso, o governo de transição estabeleceu como prioridades nessa área:

- A coordenação da implementação do Decreto nº 9.188/2017, que trata do regime especial de de-

investimento de sociedades de economia mista, tendo como horizonte a desconstrução da ideia de empresa pública integrada e a construção, no seu lugar, da ideia de empresas concentradas estritamente em seu *core business*.

- A análise da viabilidade de privatização das distribuidoras de energia da Eletrobras, utilizando como justificativa central a necessidade de aumentar a distribuição de dividendos para os acionistas privados e a minimização dos aportes da União nesse setor.

- A coordenação da implementação do Decreto nº 9.355/2018, que estabelece regras de governança, transparência e boas práticas de mercado para a cessão de direitos de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos pela Petrobras, com o argumento de que as grandes empresas estatais estariam excessivamente expostas à corrupção provocada por agentes políticos.

- A redução da alavancagem financeira e dos planos de investimentos tanto da Eletrobras quanto da Petrobras, não por acaso as duas maiores empresas produtivas estatais do país.

- A apresentação de subsídios para fundamentar a defesa da União no âmbito da ADIN nº 5.624/DF, que restringiu as hipóteses de as empresas estatais promoverem venda de ativos de forma mais acelerada.

- O fortalecimento da Comissão Interministerial de Governança e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), instituída pelo Decreto nº 6.021/2007 e que tem por finalidade tratar de matérias relacionadas com a governança corporativa nas empresas estatais federais e da administração de participações societárias da União, sob o comando de Paulo Guedes e Onyx Lorenzoni.

- A aceleração do processo de liquidação da Companhia Docas do Maranhão (Codomar) e da Alcantara Cyclone Space (ACS).

- A criação do Grupo de Trabalho dos Correios, para análise das possibilidades de realização de plano de demissão voluntária, redefinição dos valores das tarifas e dos critérios de atendimento, remodelagem e enxugamento da rede de agências e realização de parceria com a Azul Linhas Aéreas.

- A implementação do processo de reorganização da Infraero, incluindo a venda de participações em aeroportos.

- A implementação, regulamentação e padronização de alguns aspectos do processo de liquidação de empresas estatais federais incluídas a fim de tornar mais céleres as privatizações e desestatizações.

Como já se apontou, os objetivos de tais medidas são todos eles estritamente econômico-financeiros, quais sejam: evitar que empresas estatais se tornem dependentes do Tesouro Nacional; reduzir a dependência de subvenções nas empresas estatais dependentes do Tesouro Nacional; melhorar o desempenho operacional das empresas estatais federais, possibilitando a distribuição de dividendos para acionistas; melhorar a gestão das empresas para que sejam capazes de financiar seus investimentos com recursos próprios, sem necessidade de aportes da União.

As metas e objetivos elencados, como se pode observar, são bastante ousados e conformam, em última instância, mais do que uma reforma da administração pública indireta, uma espécie de refundação do Estado brasileiro em bases ultraliberais.

O que resta saber é se o novo Ministério da Economia terá condições políticas e técnicas de levar adiante tamanhas transformações, pois alterações dessa monta impactam o próprio padrão de desenvolvimento econômico do país, o que certamente explicitará interesses políticos e econômicos muitas vezes contraditórios, além de exigir um nível de destreza e perícia técnica na operação da máquina pública que não coaduna com as declarações virulentas e bravatas ideológicas proferidas pelo presidente eleito e pelo seu ministro da economia. Não resta dúvidas, entretanto, de que não se medirão esforços para que essa revanche neoliberal desmonte as bases estatais construídas em 1930, aperfeiçoadas em 1988 e dinamizadas a partir de 2003. Estamos, portanto, diante da possibilidade de uma reversão estrutural e histórica cujos efeitos deletérios provavelmente poderão ser sentidos já no próximo ano.